

NOVOS PROJETOS, VELHAS PRÁTICAS: OS IMPASSES ENTRE AGRICULTURA CAMPONESA E AGRONEGÓCIO DO DENDÊ EM TERRAS AMAZÔNICAS¹

Cátia Oliveira Macedo²
Rafael Benevides de Sousa³

Resumo: Desvendar os impactos ocorridos no território camponês decorrentes da expansão da produção do dendê no Nordeste paraense é o que procuramos neste artigo. Entre os anos de 2011 e 2013, percorremos seis comunidades rurais nos Municípios de Bujaru e Concórdia do Pará. Para a coleta de dados analisamos relatórios e documentos institucionais (INCRA, EMBRAPA). Porém, a etapa primordial da pesquisa foi a realização dos trabalhos de campo, quando pudemos nos aproximar e vivenciar o cotidiano dos sujeitos da pesquisa. Nossos dados nos induzem a pensar que se o capital tem pressionado os camponeses para garantir a sujeição da renda da terra ao capital, os camponeses, por sua vez têm reagido e lutado para permanecerem vivendo da terra e construindo sua autonomia.

Palavras-chave: Agricultura; Camponês; Agronegócio; Dendê; Amazônia.

NEW PROJECTS, OLD PRACTICES: THE IMPASSES BETWEEN PEASANT AGRICULTURE AND OIL PALM AGRIBUSINESS IN AMAZONIAN LANDS

Abstract: Unraveling the impacts occurring within peasant resulting from the expansion of palm oil production in the Northeast Pará is what we seek in this article. Between the years 2011 and 2013, traveled six rural communities in the municipalities of Bujaru and Concórdia do Pará. To collect data and analyze reports institutional documents (INCRA, EMBRAPA). However, the primary stage of the research was the realization of field work, when we get closer and experience the daily life of the research subjects. Our data induce us to think that the capital has pushed farmers to ensure the subjection of income from land to capitalism, the peasants in turn have reacted and fought to remain living off the land and building their autonomy.

Keyword: Agriculture; Farmer; Agribusiness; Palm; Amazon.

¹ A pesquisa faz parte de um projeto maior aprovado pela instituição e conta com a participação de bolsistas da Universidade do Estado do Pará vinculados a Iniciação Científica- CNPQ.

² Professora da Universidade do Estado do Pará-UEPA e Instituto de Educação Federal do Pará-IFPA. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo-USP. E-mail: catiamacedo@yahoo.com. Endereço: Rua Caripunas 1536, Batista Campos. Belém –PA, CEP: 66033230.

³ Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense-UFF. E-mail: benevidessousa@gmail.com. Endereço: Rua São Miguel, 1445, apto. 301, Cremação. Belém-PA, CEP: 66045440.

Introdução

Nos primeiros dias de janeiro, a fuligem – das queimadas da floresta alcança as casas dos camponeses, nas vilas, e avança para o interior das residências anunciando o preparo de mais uma roça e o início do ano agrícola. Questão ambiental à parte, tem sido assim, nos dez anos em que visito as comunidades rurais dos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará, no Nordeste do Pará. Porém, nos últimos anos, o trabalho familiar, direcionado quase que exclusivamente para às unidades de produção doméstica, vem se dividindo entre a roça e os cuidados com o sítio, e os campos de produção do dendê nas propriedades da empresa Biopalma⁴. Neste ínterim, subordinação e resistência camponesa se tornam latentes.

Desvendar os impactos ocorridos no território camponês decorrentes da expansão da produção do dendê nesta região é o que procuramos neste artigo. Entre os anos de 2011 e 2013, percorremos seis comunidades rurais (São Judas, Nossa Sra. do Perpétuo Socorro, Cravo, Nova Esperança, Curuperezinho e Arapiranga,) ao longo da Rodovia PA 140, no sentido Bujaru, Concórdia respectivamente. Para a coleta de dados analisamos relatórios e documentos institucionais (INCRA, EMBRAPA). Porém, a etapa primordial da pesquisa foi a realização dos trabalhos de campo, quando pudemos nos aproximar e vivenciar o cotidiano dos sujeitos da pesquisa. As observações em campo, a realização das entrevistas e as conversas informais constituíram-se nos elementos basilares do exercício reflexivo desenvolvido neste artigo.

Partimos do princípio de que ao mesmo tempo em que o capitalismo se expande, contraditoriamente constrói relações não capitalistas. (MARTINS, 1996). Assim, a expansão do capitalismo no campo gera além da expropriação e proletarização, a possibilidade de criação de novos territórios camponeses. Partindo desta perspectiva nos aproximamos de Oliveira (2004) na defesa de que,

O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do boia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e

⁴ Empresa criada em 2007 e que controla a produção de dendê nos Municípios de Bujaru e Concórdia do Pará.

contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (2004: 35-36).

E continua,

Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo ou continuar-se – à ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil (2004: 35).

Compreendemos que a disputa territorial que se instituiu no Nordeste paraense com a expansão dos agrocombustíveis, na primeira década do século XXI, se impôs com adversidade aos camponeses desta região da Amazônia. Nossa tese é de que a expansão do cultivo do dendê, na região, relança antigos mecanismos de expropriação e subordinação a estes sujeitos. Porém, da mesma forma, com que o capital ergue seu território capitalista, os camponeses demonstram uma “real habilidade para se ajustar as novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida” (SHANIN, 2008:25).

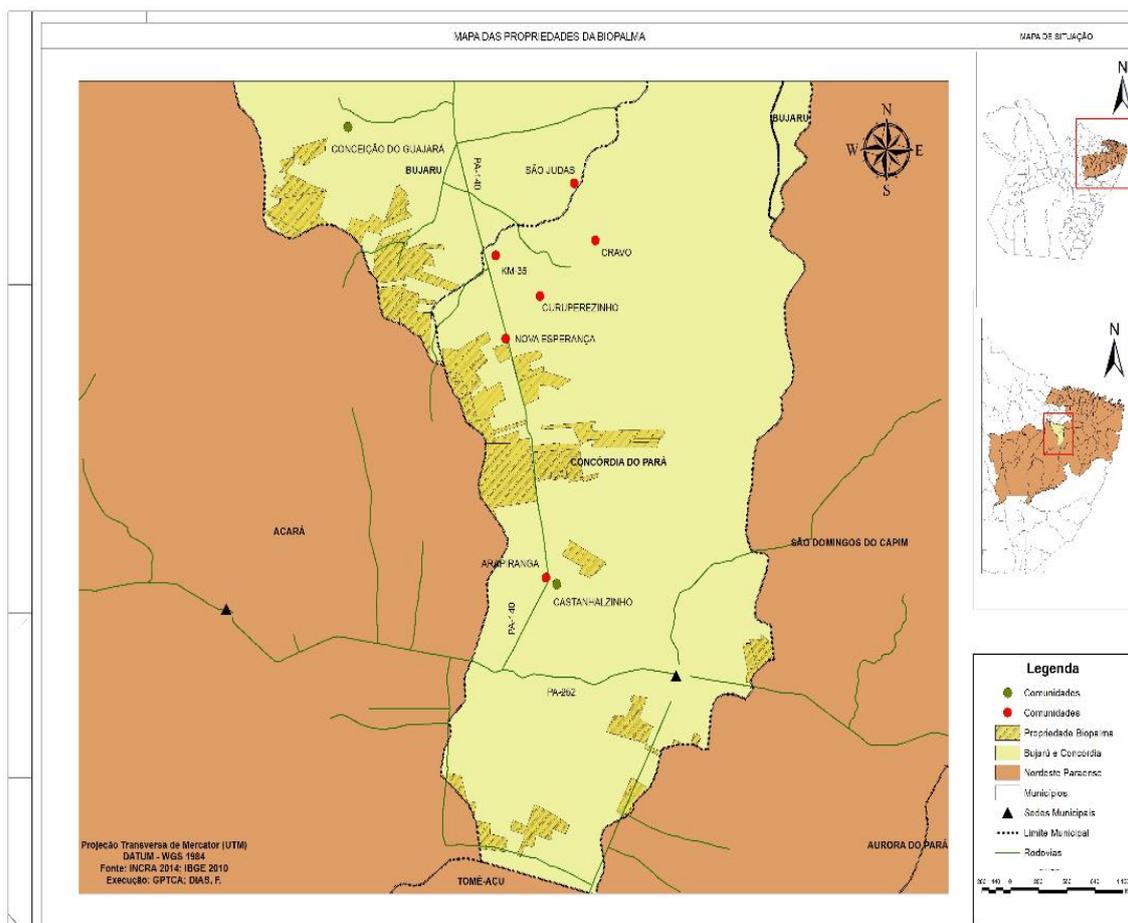
A Rodovia PA 140 (no trecho que compreende os Municípios de Bujaru e Concórdia do Pará) nos anos de 1970 atraiu as fazendas de gado financiadas pelos incentivos fiscais. No século XXI, tem seu território reordenado para garantir a política de agrocombustíveis no Brasil, através do cultivo do dendê. Ainda no contexto da Integração Nacional, formaram-se também comunidades rurais⁵ as margens desta rodovia, compostas por nordestinos que seguiram as trilhas da terra liberta⁶ e ou/do trabalho nas fazendas de gado. É o caso das Comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Km 35) e Nova Esperança (Km 37). As demais comunidades pesquisadas remontam a ocupação, orientada pelo rio, portanto, de formação mais antiga, com referência ao período colonial como é o caso das comunidades de São Judas, Cravo,

⁵ Em estudo realizado na fronteira amazônica Velho (1979) destaca que, “esses indivíduos tenderam a penetrar para o interior buscando terra livre longe dos rios principais onde se concentrava a maior parte das atividades tradicionais. Isso constituiu um fato novo e muito importante na ocupação da Amazônia, que imperceptivelmente anunciava uma nova era. O seu padrão de ocupação consistia em indivíduos ou pequenos grupos de homens penetraram na floresta, buscando um local favorável para se estabelecerem. Após uma busca que podia levar bastante tempo e exigir muito esforço, em geral escolhiam um lugar próximo a um riacho (igarapé) ou lagoa. Seria em geral num terreno que contivesse barro, considerado bom para a produção agrícola e para a criação de porcos, além de ser bom material de construção” (VELHO, 1979: 201).

⁶ Ver MUSUMECI, Leonarda. **Mito da terra liberta**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais: ANPOCS, 1988.

Curuperezinho e Arapiranga. Assim, a formação territorial destas comunidades remonta de um lado, a uma ocupação mais recente, década de 1970, 1980, implementada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA direcionadas às terras devolutas e de patrimônio da União sob a denominação de Gleba Bujaru e de outro, ocupações antigas, objeto de colonização de épocas distintas (CASTRO, 2003; COSTA, 2008).

Mapa de localização das comunidades



A produção das unidades domésticas se caracteriza pela formação de duas roças ao longo do ano agrícola: a roça de inverno e a roça de verão. A primeira é a mais importante, “ocupa maior área, pois de seu amadurecimento sairá a massa necessária para a confecção da farinha”, e que será responsável pelo sustento da família ao longo do ano (CANETE, 2006). Já a roça de inverno é o plantio principal. A roça de verão caracteriza-se como o plantio da entressafra, permitindo ao camponês maior equilíbrio trabalho- consumo (CHAYANOV, 1981).

Durante o trabalho de campo observamos que a produção da mandioca para a fabricação da farinha é atividade comum às comunidades estudadas. Além disso,

verificamos nestas localidades fortes laços religiosos, evidenciados nas práticas de festas de santos, novenas, adorações, cultos e outros. A forte expressividade religiosa destas comunidades também pode ser observada na relação do santo padroeiro com o nome que as designa.

Quadro: 1- Nome das comunidades e seus Santos Padroeiros

<i>Comunidade</i>	<i>Santo Padroeiro</i>
Comunidade de São Judas	São Judas Tadeu
Comunidade do Cravo	Nossa Senhora das Graças
Comunidade do Km 35	Nossa Senhora Do Perpétuo Socorro
Comunidade Nova Esperança	Santo Expedito
Comunidade de Curuperezinho	Santa Terezinha do Menino Jesus
Comunidade de Arapiranga	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Fonte: Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia- GPTCA/ Org: C.M

Em grande medida o modo de vida nestas comunidades se articula em torno de dois elementos centrais, que o organiza e é organizado por ele: o trabalho na roça e a religiosidade. Através destas atividades se articulam muitas outras, forjando através delas os laços de pertencimento, sentimento de vida em comunidade e vizinhança.

De Latifúndio a Agronegócio: a expansão dos agrocombustíveis no Nordeste Paraense

Os mercados mundiais promissores para a comercialização dos agrocombustíveis se forjam sob o slogan da sustentabilidade e da perspectiva de que a energia verde ou a agroenergia desponta como a solução para o futuro do planeta. (BELLACOSA, 2013). Neste cenário, o Brasil se torna peça chave, seja pelo seu potencial edafoclimático e extensão territorial, bem como por sua experiência na produção de agroenergia, em particular com a produção de etanol na década de 1970⁷.

⁷“O Brasil mostra experiência de décadas na produção do biocombustível etanol extraído da cana-de-açúcar. Depois da primeira crise do preço do petróleo em 1973/1974, foi iniciado no Brasil, em 1975, o Programa Proálcool para diminuir a dependência das importações do petróleo (anos 1970: >80% da demanda; até 47% do valor da importação total do Brasil)” O Programa Proálcool iniciado em 1975 foi concebido para garantir o fornecimento de energia, bem como para apoiar a indústria açucareira pela diversificação da produção, depois da queda do preço do açúcar em 1974. Com *know-how* brasileiro, foram construídas destilarias, as quais transformaram o excesso da produção de cana-de-açúcar em etanol anidro, usado como aditivo (24%) na gasolina, sem a necessidade de nenhuma modificação nos motores

Com a crise do petróleo, o Brasil centrou sua política energética na substituição de combustíveis importados por nacionais. Definem-se a partir de então novos parâmetros, reduzindo-se drasticamente o espaço das empresas estatais na formulação e implementação de projetos relacionados à política energética nacional.

Nas últimas décadas do século XX, o Brasil persegue enfaticamente seu objetivo na busca por uma nova política energética. Neste contexto, a corrida do Estado Neoliberal para garantir, no país, o bom funcionamento do mercado capitalista, em consonância com as exigências do capital financeiro global, elege o agronegócio como o carro chefe da agricultura brasileira, tornando-o paradigmático⁸ (FABRINI, 2010:60). A Aliança entre agronegócio e agrocombustíveis tornou-se o trunfo do Estado brasileiro para alavancar o desenvolvimento nacional. Rapidamente este setor da economia se expandiu, “impulsionado pela abertura do mercado brasileiro e pela ampliação de investimentos diretos de empresas multinacionais do sistema agroalimentar no país” (MARQUES, 2008:59). Justificado pelas supostas vantagens competitivas e eficiência econômica, o agronegócio é legitimado “para operacionalizar hegemonicamente, o projeto do agrocombustível” (FABRINI, 2010: 65-66).

De acordo com Welch e Fernandes (2008), trata-se de agricultura altamente mecanizada, usuária dos pacotes tecnológicos modernos, produção em larga escala, que explora grandes extensões de terras, geralmente de base monocultora e voltada para os mercados de exportação. Fernandes destaca ainda que “a palavra agronegócio é nova (década de 1990), e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista”. E prossegue,

O latifúndio carrega em si a imagem de exploração, trabalho escravo, extrema concentração da terra, coronelismo, clientelismo, subserviência, atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país: latifúndio

dos veículos. Durante a ditadura militar, a construção de novas destilarias foi incentivada com créditos estatais muito baratos - quase US\$ 2 bilhões (MOREIRA & GOLDEMBERG, 1999), beneficiando os grandes produtores. Por intermédio da Petrobras, não somente foram instituídos postos para venda de etanol, como também o estabelecimento do preço do produto que era vendido a preço bem mais reduzido do que a gasolina. De 1975/1976 até 1984/1985, a produção de etanol aumentou em 20 vezes (KOHLHEPP, 1983) alcançando 12 bilhões de litros (KOHLHEPP, 2010).

⁸ Vale destacar que os anos de 1960 marcaram a passagem de uma agricultura dependente de condições naturais para a agricultura industrializada, cada vez mais dependente de tecnologias e trabalho, com a formação de um novo padrão agrícola. Trata-se da passagem do complexo rural para o complexo agroindustrial. Neste ínterim, ergue-se sobre a produção agrícola uma força externa a propriedade rural (FABRINI, 2010:58). Tal força, impôs um processo de modernização da agricultura caracterizada pela expulsão de milhares de pequenos proprietários, rendeiros, ribeirinhos, caiçaras, posseiros, quilombolas, dentre outros. Como consequência, a organização dos camponeses expulsos/expropriados, em movimentos sociais, ocupação de terras e conflitos de terra em todo o território nacional.

está associado à terra que não produz e pode ser usada para reforma agrária. A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para relevar somente o caráter produtivista. Houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (FERNANDES, 2013: 01).

Notadamente a transformação do latifúndio em agronegócio, é peça chave do capitalismo para garantir a permanência e expansão da propriedade capitalista no campo, neste início de século. A transfiguração do latifúndio em agronegócio torna este território inviolável, não podendo ser ameaçado pelas ocupações de terra, devido a sua suposta produtividade e geração de riquezas. Desloca-se a atenção do caráter concentrador e predador do latifúndio para a alta produtividade e eficiência da “assim chamada” moderna agricultura (CANUTO, 2004).

Neste ínterim, as decisões sobre a agricultura passam a ser definidas no interior do território do agronegócio: o mercado, ao mesmo tempo em que se impõe aos camponeses, intensifica a exploração por meio da renda capitalizada da terra, que expropria os camponeses de parte das riquezas que produzem. Por trás da aparência moderna, o agronegócio esconde “a barbárie da exclusão social e expropriação dos camponeses” (CAMACHO, CUBAS & GONÇALVES, 2011: 2).

Neste ritmo de reprodução do capital no campo impõe-se a territorialização do capital monopolista na agricultura, processo pelo qual “indústria e agricultura são parte ou etapas de um mesmo processo”. Instala-se assim, a lógica especificamente capitalista e a reprodução ampliada do capital se desenvolve em sua plenitude (OLIVEIRA, 2004:42).

Neste contexto, o capitalista-proprietário da terra domina simultaneamente o lucro da atividade agrícola, além da renda da terra gerada por esta. “A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana de açúcar, de soja, de laranja, de pastagem etc”(OLIVEIRA, 2004: 42). Este processo que unifica o capital industrial e proprietário de terra transforma também, os grandes proprietários rurais do agronegócio, “vilões” que eram no passado, em “heróis” da nação (FABRINI, 2010:60).

No Estado do Pará, o plantio do dendê se expandiu na primeira década do século XXI⁹, assentado na ideologia da eficiência produtiva e desenvolvimento regional, similar ao que se propunham os latifúndios do contexto da Integração Nacional. Criados com investimentos dos incentivos fiscais, estas propriedades monocultoras atuaram diretamente na destruição da natureza e expropriação dos camponeses. Porém, enquanto os camponeses das comunidades de formação mais antiga (século XVIII e XIX) se colocavam a caminho da cidade fugindo do conflito estabelecido pelo fazendeiro, forjaram-se novas comunidades rurais, às margens das rodovias, a exemplo da Rodovia PA 140, reinventando a subordinação e a resistência camponesa ao capital. Tal qual as fazendas de gado, o agronegócio do dendê pressiona o território camponês nesta região, estabelece fissuras, conflitos, avança impondo a dinâmica da economia capitalista globalizada. Enfim, a produção dos agrocombustíveis gerou uma sagaz combinação agronegócio-latifúndio que aprofundou as desigualdades no campo, acirrou a disputa territorial e ampliou as conflitualidades (CAMACHO, CUBAS & GONÇALVES, 2011).

O território da Biopalma e o agronegócio do dendê no Nordeste Paraense

No início do século XXI, o Estado do Pará¹⁰ se sobressai, no cenário nacional, como produtor de dendê, passando a concentrar aproximadamente 90% da produção nacional, com destaque para os plantios do Nordeste paraense. Ainda no século no Século XX (1982) se destaca o cultivo do Grupo Real AGROPALMA S.A¹¹ nos

⁹ A introdução da cultura do dendê na Amazônia e no Pará data do início da década de 1950, com o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), precursor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no intuito de avaliar a viabilidade econômica desta palma na Região Norte. Posteriormente do convênio entre a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e o *Institut de Recherches pour les huiles et les oleagineux* (IRHO) da França, inicia o cultivo em escala comercial.

¹⁰ A produção do dendê no Estado do Pará é controlada por nove empresas (CRAI-AGROPALMA-AGROPAR, DENPASA, COACARA, CODENPA, DENTAU, PALMASA, MARBORGES-RMA, MOEMA, BIOPALMA) e aproximadamente 140,000 ha de área plantada, com projeção para alcançar 329.000 há até 2020.

¹¹ A Agropalma iniciou suas atividades em 1982, no Município de Tailândia (PA). “Atualmente é o maior produtor de óleo de palma da América Latina e atua em toda cadeia produtiva, da produção de mudas ao óleo refinado, gorduras vegetais e margarinas. Vale destacar que a agropalma produziu biodiesel, a partir do óleo de palma até 2010, atualmente não produz mais. A empresa ocupa uma área de 107 mil hectares de terras, sendo 39.041,98 hectares de palma de óleo já plantadas, 1.600 km de estrada próprias, cinco indústrias de extração de óleo de palma e óleo de palmiste, uma indústria de produção e acondicionamento de gorduras vegetais, creme vegetal e margarina, quatro laboratórios de controle da

Municípios de Moju e Tailândia. Soma-se, em 2007, a produção da Agropalma, os cultivos de dendê da Biopalma.

Criada em 2007 pela empresa MSP, a Biopalma, formaliza o consórcio Vale (41%) e MSP (59%), já em 2009. Em 2011, a Vale aumentou a sua participação para 70%, passando a controlar a empresa e, por conseguinte, definir suas diretrizes e todas as suas políticas, inclusive aquelas relacionadas às questões trabalhistas.

Vale frisar que apesar da produção do dendê ter se pulverizado nos municípios que englobam a região metropolitana de Belém e ganhado destaque no estado desde a década de 1990, é no início do século XXI, com a chegada da Biopalma no Nordeste Paraense, fomentada pela política de produção e Uso do Biodiesel-PNPB (2004), que a produção regional ganha destaque nacional. A criação do Pólo de Tomé-Açu, em 2010, associado ao Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP¹²) corrobora esta afirmativa.

De acordo com Becker (2010: 33), o lançamento pelo Presidente Lula do Plano Palma Verde no Município de Tomé-Açu, em 2010 (Pará), desencadeou intensa procura pela atividade. “Porta vozes do governo informaram que se hoje há apenas 66.800 ha plantados com dendê no país, pelo menos 15 empresas já planejam aumentar a área plantada para 235,5 mil ha nos estados do Pará, Bahia, Roraima e Rondônia”.

Distribuídas em quatro pólos de produção¹³ (Moju, Tomé-Açu, Acará e Concórdia) no início de 2013, a Biopalma apresentava sob seu domínio aproximadamente 42.000 ha de área plantada, com projeto de expansão para 60.000,00 ha, até o final deste ano, encerrando assim, sua área de cultivo. Além disso, a empresa pretende estabelecer parcerias com a agricultura familiar camponesa em uma área de aproximadamente 20.000 ha de terra. O planejamento da empresa era alcançar através do PRONAF-ECO Dendê para a safra 2012-2013, 500 contratos familiares em 5.000 ha

qualidade, geração própria de energia elétrica para o processo industrial e, quatro estações para tratamento da água (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2014: 23-24).

¹² O PSOP, foi criado com o objetivo de disciplinar a expansão da produção de óleo de palma no Brasil, respeitando, a) a preservação da floresta e da vegetação nativa, b) a expansão integrada a agricultura familiar e por fim, c) o Zoneamento Agroecológico de Óleo de Palma. O programa estabelece ainda três linhas de crédito no âmbito do BNDES: Pronaf-Eco (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Eco); PROPFLORA (Programa de plantio comercial e recuperação de florestas) e PRODUSA (Programa de estímulo agropecuária sustentável).

¹³ No polo de Moju não há mais plantação, apenas colheita, e os outros três polos encerrariam a fase de plantio em fins 2013.

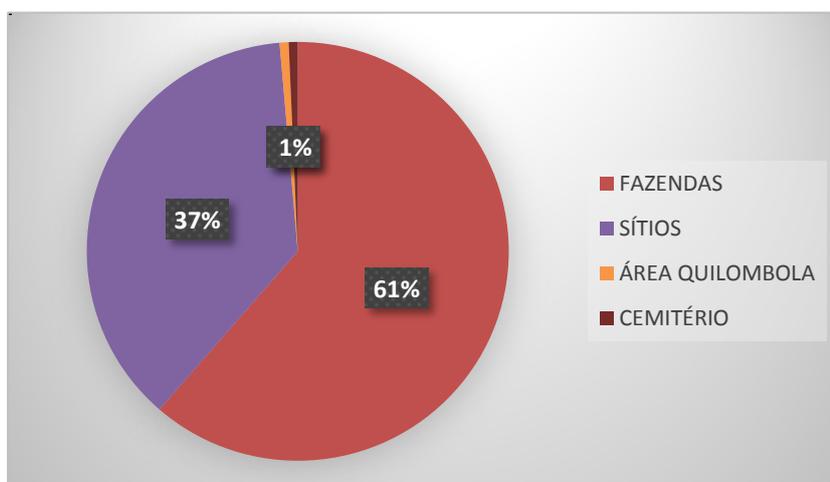
de terra, distribuídas da seguinte forma: Biopalma-Vale, 200 famílias nos Municípios de Abaetetuba e Moju e 300 famílias nos Municípios de Tomé-Açu e Concórdia do Pará.

Em 2012 a Biopalma instalou a primeira usina extratora de óleo, no Município de Moju e em 2014 deverá ser inaugurada uma segunda usina extratora no Município de Acará, onde em 2015 deverá ser instalada uma usina de biodiesel da Vale (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2014).

O território da Biopalma se espalha no Nordeste Paraense a partir do quilometro 50 da PA 140 do Município de Concórdia do Pará, onde está localizada a sede da empresa. No seu entorno encontram-se inúmeras comunidades rurais, afloradas em momentos históricos distintos, tal como apresentado na primeira sessão deste texto (que surgiram ainda no século XVIII ao longo do rio Bujaru¹⁴ e Guamá, outras ao longo das rodovias PA 140 e PA 252). Estas comunidades, até o início do século XXI, experimentavam um cotidiano de vida ligado preferencialmente ao sistema de roça e às relações de vizinhança e sociabilidade que se constituíram nas e com as localidades vizinhas.

A paisagem local até então homogeneizada, por camponeses, seus sítios, e fazendeiros de gado, se transforma com chegada da empresa e a implantação dos campos de dendê. Forjou-se, neste contexto (a partir de 2007) um mercado de terras que avançou de forma significativa sobre as fazendas de gado no município de Concórdia em especial, porém pressionou também o território camponês, levando-os a venderem seus lotes e migraram para a cidade ou para a beira da estrada, fixando residência provisória ou não em sítios de parentes, conhecidos e compadres.

Gráfico 1 - Composição da área de domínio da Biopalma



¹⁴ Ver Castro (2002) e Santana (2010).

Fonte: INCRA / SR 01 – Org. Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia- GPTCA

De acordo com levantamento feito pelo INCRA – SR 01, em março de 2013, a área de domínio da Biopalma reunia 145 propriedades, entre sítios (até 15 ha) e Fazendas de até (4.500 ha). Chamou-nos atenção neste levantamento a presença de um cemitério com 22 ha e uma área quilombola com aproximadamente 145 ha. A presença de um cemitério e uma área remanescente de quilombo no conjunto das propriedades sob o domínio da Biopalma revela a força com que o capital atua na disputa para garantir o território do agrocombustível. Tanto o cemitério quanto a área remanescente de quilombos seriam invioláveis. A primeira pela importância, simbólico –cultural-religiosa e a segunda, refere-se à proteção de área remanescentes de quilombos¹⁵ e a viabilização do uso comum da terra. O uso desta área para o cultivo do dendê estaria inviabilizado, seja pela impossibilidade da venda, e ou pelo estabelecimento da parceria, já que o contrato pressupõe a propriedade individual da terra.

Já a presença de sítios na composição da área de domínio da Biopalma se distancia das diretrizes do PNBP e do PSOP, em especial no que tange à prerrogativa negativa do modelo monocultor para produção do dendê e ao fortalecimento da agricultura camponesa através do Selo Social. Isto nos remete a perspectiva de que tanto os espaços quanto os territórios resultam das ações das diferentes relações sociais. Portanto, inevitavelmente a relação social capitalista cria espaços e territórios capitalistas e contraditoriamente espaços e territórios não capitalistas que se confrontam criando diversas territorialidades. Além disso, as grandes produções, desde as plantations até a monocultura mecanizada do agronegócio, produzem territórios de dominação e desigualdades sociais (FERNANDES, 2010).

As propriedades que deram origem ao território da Biopalma, são em grande medida, antigas fazendas de gado, o que corrobora com a tese que defendemos ao longo deste artigo. Porém, a sua expansão não se limita a estas áreas, como mostrado em levantamento feito pelo INCRA, gráfico 1. A corrida por terra incluiu também sítios de colonos, o que demonstra que a disputa territorial promovida pelo agrocombustível avança sobre o território camponês, fracionando-o, fragilizando-o.

¹⁵O artigo constitucional 68 contido na Constituição Federal de 1988, declara que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (ADCT, CF/88).

Nos últimos cinco anos, observamos que o trecho da PA 140, (compreendido entre o Km 1 ao 35) no Município de Bujaru, as fazendas de gado e as propriedades camponesas ainda se destacam. Neste intervalo observamos uma única fresta de dendê a margem da rodovia no km 26 (um contrato de parceria com 10 ha de plantio de dendê). No Km 29, (6 km adentrando uma vicinal), encontra-se o canteiro de mudas da Biopalma (criado em 2006), no coração da Comunidade Conceição do Guajará. Diferentemente do Município de Bujaru, em terras de Concórdia do Pará (a partir do Km 39) o território da Biopalma cresce em ritmo acelerado e as pequenas e médias fazendas de gado começam a rarear. A partir do Km 37 da rodovia, nos deparamos com um mar de dendê, impondo uma nova fisionomia a paisagem.

Porém, a presença dos camponeses é sentida, quer seja pela presença de uma multidão (dependendo do horário em que se trafegue pela rodovia) de trabalhadores que marcham como soldados às proximidades da sede da Biopalma, a caminho do trabalho ou de retorno dele, ou dos pequenos sítios que insistem em afrontar o imponente território da palma. Ao mesmo tempo em que a propriedade da Biopalma ganhava forma e imponência, na PA 140, a paisagem local se modificava: formaram-se pequenas vilas ao longo da PA e com ela saltam aos olhos práticas agrícolas antes comuns ao interior, ou “centro do território”, distantes da beira da estrada. Verificamos nestes espaços pequenas roças de mandioca, plantações de verduras (quiabo, maxixe, jerimum e outras) e casas de farinha improvisadas. Chamou-nos atenção o uso de uma caixa de amianto para armazenar água e amolecer a mandioca¹⁶. Estas estratégias somadas a tantas outras nos indicam os mecanismos de reprodução do campesinato em meia às adversidades impostas pelo capital.

Os impasses entre camponeses e agronegócio

A expansão do agronegócio do dendê no Nordeste paraense e seu corolário, a propriedade capitalista da terra, reordena o uso do território nesta região e pressiona o território camponês em diferentes frentes, quer seja pela tentativa de domínio do seu território, como pela subordinação camponesa ao capital. Dentre as questões levantadas ao longo da pesquisa, destacam-se: a formação de um mercado de terras; a

¹⁶ Na Amazônia é prática conhecida o igarapé ser utilizado para amolecer a mandioca, etapa que compõe o processo tradicional de fabricação da farinha.

superexploração do trabalho, a fuga do trabalho da roça (familiar) para os campos do dendê (trabalho assalariado) e a conseqüente diminuição da roça e da produção, além dos problemas ambientais, materializados na poluição dos rios e igarapés por insumos e agrotóxicos.

O mercado de terras e a produção capitalista do território

A medida que a Biopalma constituía seu território às margens da PA 140, sua presença era refletida no interior das comunidades. Com sede na rodovia, mas com os olhos voltados para as unidades camponesas, povoados encolheram ou foram cercados pelos dendê, a exemplo da Comunidade de Conceição do Guajará (acesso no km 29 da PA – 6 a 8 km em uma vicinal) e Castanhazinho (acesso pelo 38, distante 5 km da margem da rodovia). Em Conceição do Guajará, a escola fechou por falta de alunos e na igreja os sinos já não se dobram, por falta de devotos. O antigo arraial deu lugar ao canteiro de mudas da Biopalma. Estudantes e devotos que se puseram a caminho da estrada frequentavam em fins de 2013 escola e capela localizada no km 29, onde encontramos 3 famílias moradoras da comunidade. Na estrada Vicinal que dá acesso ao Km 29 encontramos 7 famílias. Soubemos ainda que outras famílias migraram para Santa Isabel, Bujaru e para a Capital do Estado.

Indagada sobre a sua transferência de Conceição do Guajará para a margem da rodovia (km 29), Auxiliadora Oliveira revela,

Não vendi minha terra, mas via que não dava mas pra morar ali. Meus filho dizia, mãe vende tudo e vamo pra curva, lá a senhora vai viver bem, tem energia elétrica, água, o ônibus passa na porta, mas meu coração dizia que eu não podia vender. Criei meu filho sozinha na terra, porque o pai morreu. Minha vida toda tava lá, mas ficou muito difícil. Entra e sai moto o dia todo, gente estranha. Muita gente vendeu, eu não vendi, ainda vou pra rocinha, mas vou com medo. Parece que lá virou fantasma, a igreja, a escola.¹⁷

Relatos como o de Auxiliadora se multiplicaram a partir de 2006 ao longo da PA 140, revelando a corrida por terra que se estabeleceu com a chegada da Biopalma. Outro exemplo do fracionamento do território camponês é a Comunidade de Castanhazinho. Localizada as margens do Igarapé Castanhal, os camponeses foram pressionados a venderem seus lotes. Tal qual em Conceição do Guajará, a Comunidade de Castanhazinho, apresenta uma dinâmica interna fortemente marcada pelo tripé família-

¹⁷ Entrevista realizada na comunidade do Km 29 em fevereiro de 2011.

terra/trabalho e religiosidade. Este último, elo articulador do modo de vida. A produção agrícola é direcionada para o consumo entrando em circulação no mercado apenas o excedente produzido.

Seu Zé, e seu Boa¹⁸, nos relatam sobre a corrida por terra ocorrida na Comunidade Nova Esperança. O primeiro vendeu o lote localizado no “centro”, área mais distante da rodovia e se mudou com a família para um lote que possuía a margem da rodovia, onde plantava pimenta do reino e cultivava espécies de grande valor comercial. Nossa conversa ocorreu ainda no período em que a Biopalma preparava o terreno para a plantação do dendê e instalação da sede da empresa. Neste momento observamos que tanto a casa quanto o quintal de seu Zé se apresentavam como uma extensão da propriedade da Biopalma, visto o trânsito de maquinário e funcionários. Esse contato tão aproximado levou seu Zé a alugar por seis meses sua casa de moradia para uma empresa que prestava serviço para a Biopalma, e tendo que viver em “um barraco”, como denominado por ele.

Apesar dessa relação, de certa forma, estreitada de seu Zé com a Biopalma, este afirmava que só havia vendido parte de suas terras por que tinha um “outro canto para morar¹⁹”, e que não se imaginava vivendo de outra forma que não fosse na terra. “(...)Essa foi uma forma que encontrei para ganhar um dinheirinho, e puder continuar com a minha produção, criação (..) muitos dos seus conhecidos que venderam suas terras se arrependera, mas não tinha mas como voltar atrás”, destaca seu Zé.

Seu Boa, também morador da Nova Esperança há mais de 30 anos, trabalha com uma filha e no período da capina da roça e da colheita da pimenta contrata trabalhadores. Refere-se a chegada da Biopalma como um momento de tristeza porque “o investimento nunca chega para pequeno produtor”²⁰.

Tamo aqui abandonado a mais de 30 anos, e agora a gente vê o governo investindo pesado nessa empresa que tá aqui. Já cansei de distribuir ou ver estragar minha colheita porque não tem transporte, o preço do transporte não me deixa levar o produto para a cidade, e agora tá todo mundo acreditando que vendendo ou plantando dendê a gente vai melhorar de vida. Me dá uma tristeza em saber que a gente não tem com quem contar, só posso contar comigo mesmo. Vai chegar a hora que a gente não vai ter o que comer. Quem vendeu a terra vai comer o que? Daqui a pouco o projeto

¹⁸ Ao longo do texto utilizaremos as formas de tratamento local.

¹⁹ Entrevista realizada em agosto de 2010.

²⁰ Entrevista realizada em dezembro de 2011.

acaba a empresa vai embora e ninguém vai lembrar da gente que fica aqui.²¹

E continua,

O certo era o governo investir no pequeno que tá aqui, que produz pra gente come. Tô vendo o dia que não vai ter mais mandioca. Aqui só alguma família não compra o que podia produzir. Só sei que é que tem muita gente vendendo terra, mais tarde vai sofrer, vai chorar.²²

Tanto seu Zé, quanto seu Boa, relacionam a chegada da Biopalma na comunidade com a corrida por terra e a possibilidade da escassez. Seu Zé nos informou que “(...) quase todo dia vinha alguém aqui, encostava o carro e ficava falando do preço da terra e se a gente não queria vender”.

A territorialização do capital no campo, materializada com a introdução das empresas associadas a conglomerados nacionais e internacionais, tende a produzir única e exclusivamente para atender as necessidades do mercado globalizado. Esta produção, por sua vez, se associa a uma nova dinâmica do mercado de terras, caracterizada pela concentração fundiária e direcionamento da produção para os agrocombustíveis, afetando com isso a soberania alimentar. “Isto se torna mais grave, quando a ação do Estado se dá de maneira passiva”, não agindo imediatamente corrigindo (ELIAS, 2010: 13).

A rapidez com que a Biopalma constituiu os campos de dendê nos Municípios de Bujaru e Concórdia demonstra a força do capital para modelar segundo os seus interesses a organização e o uso do território. Isto por sua vez, “permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital” (MARTINS, 1990: 162). Porém, em meio às adversidades os camponeses têm “apresentado surpreendente flexibilidade e capacidade de adaptação” (MARQUES, 2008: 52).

Apesar da Biopalma ter sido criada em 2007, a corrida por terra começa em meados de 2006, com grande impacto nas comunidades localizadas à margem da rodovia e às proximidades da sede da empresa. Nova Esperança e Arapiranga, Conceição do Guajará e Castanhalzinho foram as comunidades onde a corrida por terra

²¹ Entrevista realizada em agosto de 2010.

²² Entrevista realizada em dezembro de 2011.

desferiu maior impacto, despertando na população estratégias de resistência, como podemos observar neste relato,

(...) a gente fez um pacto de nós não vendermo. Ninguém aqui da comunidade pretende vender. Se você for pra cá tem dendê, pra cá tem dendê, todo canto tem dendê. Tamo nessa bolinha que nós, nós somos poucas famílias, somos no máximo 40 famílias, somos poucas famílias aqui né. ... nosso problema aqui, é que alguns anos, com os nosso filhos, nosso netos, nós vamos ficar muito imprensados, porque a família cresce, mas a terra não, ela continua do mesmo tamanho. Isso é um problema.²³

Observamos em campo que era latente a preocupação das comunidades com a possibilidade da venda da terra e aproximação entre o território camponês e o da empresa. Assim, mesmo nas comunidades mais distantes e onde não houve procura por terra o assunto era recorrente, nas conversas informais entre vizinhos, no culto dominical, nos espaços de lazer e sociabilidade. O direcionamento das conversas expressava o sentido negativo da venda da terra e sua importância para a vida na comunidade. Em conversa informal com o presidente da Comunidade do Cravo me foi relatado “Tamo conscientizando o povo, quem vende terra, a pedir vem... como o home da roça vai viver se vender a terra, vai por que o que a gente sabe fazer bé mexer com a terra”²⁴.

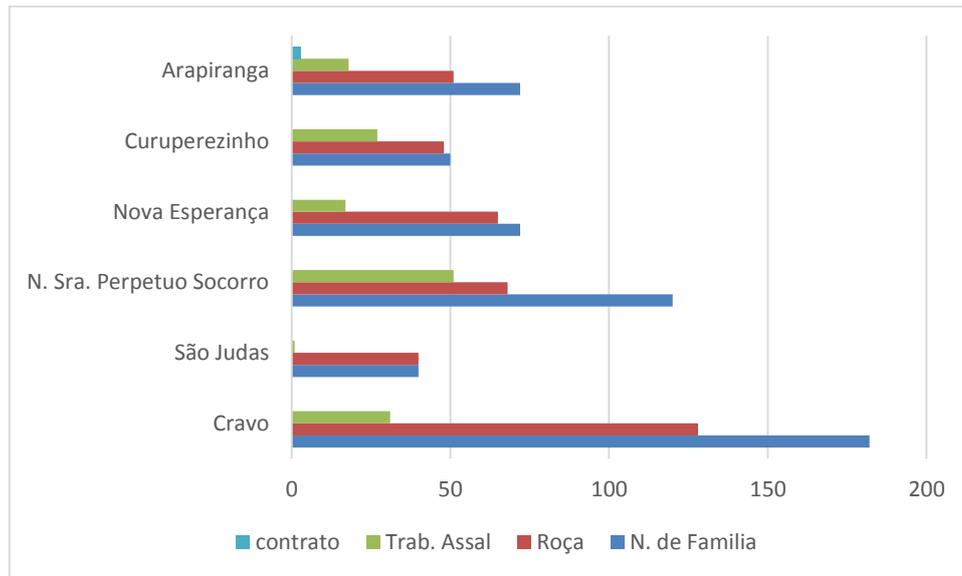
Entre a roça e os campos de dendê

Entre 2008 e 2009, a oferta de postos de trabalhos pela Biopalma despertou o interesse da população local, tanto daqueles residentes nas comunidades rurais quanto de parte da população da sede municipal. Neste período os trabalhadores se dividiam entre contratados das empresas terceirizadas prestadoras de serviço à Biopalma e empregados ligados diretamente a empresa. Em julho de 2013, em visita as comunidades, verificamos que já não havia oferta de trabalho por empresas terceirizadas. Quase a totalidade dos trabalhadores dos campos de dendê eram contratados diretamente pela Biopalma. O gráfico abaixo, apresenta a relação trabalho assalariados e trabalho familiar presente nas comunidades.

²³ Maria José em entrevista realizada na Comunidade Nova Esperança em maio de 2013.

²⁴ Manoel Sales da Conceição, entrevista na Comunidade do Cravo em fevereiro de 2012.

Gráfico 2- Relação entre trabalho assalariado e trabalho familiar



Fonte: Trabalho de campo GPTECA – Org. C. M

O gráfico destaca que quase metade das famílias da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, possui um membro da família trabalhando na Biopalma, o que se configura como a maior concentração de assalariados entre as comunidades pesquisadas. Da mesma forma, esta comunidade apresenta a menor área de roça se comparada com as demais. Das comunidades localizadas à margem da estrada, Nova Esperança chama atenção pelo baixo número de moradores da comunidade trabalhando na Biopalma, se comparada com as demais comunidades, e grande extensão da área de plantio. Nova Esperança, diferencia-se no universo das demais comunidades pesquisadas pela diversidade de produtos cultivados. Além dos produtos da “lavoura branca” (milho, feijão, arroz e mandioca) produz ainda cacau, pimenta do reino, mel de abelha e uma diversidade de frutas para a venda da polpa, levando-os a criarem uma Associação de Produtores em 2008. Isto possibilitou um contrato com a Prefeitura para a venda de polpa de frutas para a merenda escolar.

Soubemos em campo que na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, pelo menos um membro da família já trabalhava, anteriormente a Biopalma, nas

fazendas de gado, pimentais e outros, possuindo, portanto, alguma familiaridade com o trabalho acessório. Processo pelo qual o camponês se transforma periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo pela jornada de trabalho (SANTOS, 1984).

Identificamos trabalhadores da Biopalma nas seis comunidades pesquisadas, como mostra o gráfico 2. Porém, nosso convívio nestas localidades, nos indica que o trabalho fora da unidade camponesa não se traduziria em abandono da organização e do modo de vida camponês. Observamos que em grande parte dos casos o dinheiro ganho na Biopalma retornava para unidade doméstica (garantindo a compra da chapa para a fabricação da farinha a formação da roça e outros) permitindo, assim a sua reprodução enquanto camponês. O relato de Valter dos Santos Belém corrobora com a afirmativa.

Isso a gente ainda faz, eu pago para fazer roça pra mim, uma tarefa, uma tarefa e meia, só pra gente não ficar sem comer. A pior coisa é o cara morar na colônia e ficar sem farinha²⁵.

Através deste relato, podemos inferir que o trabalho na Biopalma, nem sempre afasta as famílias do trabalho habitual da roça. Ele, porém, forja novos rearranjos territoriais em muitas situações viabilizando a simultaneidade do assalariamento com o trabalho na roça, ou mesmo do assalariamento temporário, ou seja trabalho acessório, nos momentos de baixa de trabalho na unidade doméstica. Nas comunidades pesquisadas o trabalho acessório²⁶ é muito comum no período de colheita da pimenta.

É certo que o assalariamento nos campos de dendê reordenou a divisão do trabalho nas comunidades. Assim, quando o pai sai para trabalhar fora, a roça fica sob os cuidados da mãe (que vem gradativamente assumindo o trabalho com a fabricação da farinha para o consumo) e dos filhos mais velhos. Quando os filhos mais velhos saem a roça fica sob os cuidados dos pais, que quando idosos, pagam, pela construção da roça e dividem a farinha (meio a meio) com o seu fabricante, processo conhecido na comunidade como sistema de meia.

Observamos também que muitos homens apresentam duas jornadas de trabalho: o trabalho na empresa e o trabalho na roça. O trabalho na roça “é no final de semana, no sábado, domingo à tarde, quando chego também venho pra cá”²⁷. Esta dupla jornada ocorria principalmente, no momento da fabricação da farinha para a venda.

²⁵ Entrevista realizada na Comunidade de Arapiranga em maio de 2013.

²⁶ Para Woortmann (1990) e Santos (1984) o uso do trabalho assalariado pelo camponês é temporário e condição para a realização do trabalho familiar e não oposição.

²⁷ Roberto Ferreira em entrevista realizada na Comunidade Arapiranga em junho de 2013.

Nas comunidades de Arapiranga e Curuperezinho se evidenciou de forma mais intensa a associação entre o trabalho da roça e o trabalho na Biopalma. Não que isto não ocorresse nas outras comunidades, porém com menor expressão. Na comunidade do Cravo nos foi relatado que “o final de semana é para trabalhar na roça do pai, ajudar a mãe com a farinha”²⁸, além do descanso, é claro.

Soubemos em campo que apesar do dia de trabalho começar às 6:00 horas da manhã, a rotina de trabalho começa às 4:30, quando os trabalhadores saem de suas comunidades em direção a PA 140, onde aguardam o transporte cedido pela Biopalma, com exceção de Nova Esperança e Km 35, comunidades localizadas às margens da rodovia. A jornada de trabalho é de 44 horas, distribuídas de segunda a sexta de 6 às 15 h 45, com intervalo para o Almoço (11 às 12 h) e no sábado, de 6 às 10 h. O retorno para casa acontece por volta das 17 horas. Entre o tempo de deslocamento e de trabalho propriamente dito, os contratados da Biopalma somam uma carga horária diária de 13 horas, o que pode variar para mais dependendo da distância entre a área de cultivo e o espaço de morada do trabalhador.

Foi recorrente nos relatos apresentados pelos interlocutores que a carga de trabalho se torna-se insuportável, devido as metas estabelecidas²⁹ pela empresa. “Quanto mais tempo o trabalhador vai ficando na empresa, a meta é aumentada, sendo uma forma de pressionar o trabalhador a pedir demissão” (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2014). Além disso, as temperaturas muito elevadas tornam o trabalho no campo exaustivo e penoso. Ressaltaram ainda a inexistência de banheiros e água potável no campo, obrigando os trabalhadores a carregarem consigo ao longo do dia uma garrafa térmica que pesa em média 10 quilos. Todos estes elementos têm contribuído para uma intensa rotatividade desses trabalhadores na empresa.

Neste ínterim, o trabalho no cultivo do dendê se descortina como oposição ao trabalho na roça, como destaca Osmarino Maciel,

Eu pensava outra coisa, achei que empregado eu ia mudar de vida, melhorar de vida, mas eu acho que eu fiquei pior. Porque eu deixei as minhas coisas achando que ia melhorar e fui lá trabalhar nas coisa dos outros. Quase perdi a minha roça, graças a Deus a mamãe e a minha mulher dero conta, se não ainda tinha perdido a roça. Aquilo é que é exploração! No papel diz uma coisa quando a

²⁸ Pedro Santana em entrevista realizada na Comunidade do Cravo em janeiro de 2012.

²⁹ De acordo com o relatório Instituto Observatório Social (2014: 46), a meta diária é fazer 450 plantas. No viveiro de mudas, o trabalho é feito por mulheres em dupla, onde uma capina e a outra vai enchendo um saco de 20 quilos de terra com a pá (enchem cerca de 290 sacos/dia).

gente ia receber era outra. A gente ganhava um tanto, mas só chegava um tanto menor na nossa mão. Aquilo é escravidão. Trabalho de sol a sol e no final do mês era um dinheirinho. É melhor pegar sol na cabeça e trabalhar na terra da gente, porque a gente sabe que é nossa. Agora aquilo, não é meu, não é pra mim pra minha família. Me arrependi de deixar meu roçado pra me meter lá na Biopalma, mas eu pensei que era uma coisa e era outra.³⁰

A perspectiva do emprego formal apareceu num primeiro momento como uma possibilidade de melhoria de vida, permitindo o acesso a bens não produzidos nas comunidades, a exemplo dos eletrodomésticos, peças do vestuário, material de construção, motocicletas e outros. Contudo, o trabalho assalariado, os colocou “na condição de escravos”, de acordo com o excerto acima. O trabalho fora da terra não se traduziu em trabalho fácil de ganhos abundantes. Pelo contrário, o trabalho para outrem, se traduziu na perda da liberdade e na exploração, uma vez que “tinha hora para entrar, mas não tinha hora para sair” (ainda de acordo com Osmarino Maciel) diferente da roça, onde o camponês tem a liberdade para decidir a quantidade de trabalho.

Para este camponês, a referência ao “trabalho de sol a sol” está relacionado a perda do controle de seu tempo, uma vez que o tempo da empresa é o tempo regulado pelo “(...) mundo dos relógios que controla os horários da produção, o cartão de ponto, a fiscalização da produção no ambiente de trabalho” (COSTA, 2009:14). Da mesma forma externa, seu descontentamento com relação ao salário, uma vez que “(...) a gente ganhava um tanto, mas só chegava um tanto menor na nossa mão (...)”, o que se choca com a expectativa de ganhos sem pagamento prévio de impostos no trabalho da lavoura.

Trabalhar na própria terra significa ter liberdade e autonomia. Liberdade para dispor de tempo maleável, enquanto que a autonomia está relacionada ao controle total do processo de trabalho na terra, “o que significa ser senhor do seu próprio tempo e próprio espaço”. Essa liberdade de não ter patrão é que vai definir o ritmo do tempo na propriedade camponesa (BOMBARDI, 2004: 200).

Apesar dos relatos indicarem que o trabalho nos campos do dendê, é penoso e difícil, o fluxo de trabalhadores que se dirigem para lá ainda é intenso. Porém, neste ínterim se forjam representações políticas colocando em discussão as demandas apresentadas pelos trabalhadores. Por iniciativa dos gestores da empresa, encarregados, fiscais, instituiu-se o “paradão”, momento após o café da manhã utilizado para

³⁰ Entrevista realizada na Comunidade de Arapiranga em dezembro de 2011.

orientações e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores do campo. Porém, gradativamente o paredão vem se tornando espaço de discussão acerca das demandas apresentadas pelos trabalhadores. Muitos destes momentos reúnem representantes da empresa, sindicato e empregados.

Na concepção do Presidente³¹ da Associação de Nova esperança, o trabalho nos campos do dendê é similar ao trabalho escravo,

Tem duas maneiras de se vê a Biopalma (...)Pra agricultura familiar, ela é um desastre. Para o desenvolvimento econômico do município é regular, não chega a ser bom, mas a gente não pode negar que a presença dela aqui, ela acabou dando vários empregos, pra várias pessoas né ... nós agricultores familiares consideramos trabalho escravo, pela forma que é tratado os trabalhadores, da Biopalma, mas das firmas terceirizadas né. Então é, como se diz assim, é uma faca de dois gumes, né.

Martins (1994:1) nos ensina que a acelerada expansão do capital na região amazônica durante o regime militar revigorou a escravidão por dívida ou peonagem. Processo caracterizado “(...) por extrema violência física contra os trabalhadores, em alta proporção, culminando com o assassinato daqueles que procuram fugir”. Para Martins, Trata-se da incorporação de elementos de acumulação primitiva no processo de reprodução ampliada do capital: “(...) a escravidão por dívida é variação extrema do trabalho assalariado em condições de superexploração, (...) levada ao limite de comprometer sua própria sobrevivência”.

Martins (1994) destaca ainda que a peonagem foi a forma predominante de exploração do trabalho para a formação das fazendas no contexto da expansão da fronteira amazônica. Da mesma forma, os interlocutores identificam a atuação das terceirizadas, que limpam a área para a implantação da Biopalma, como o momento de extrema exploração do trabalho. “Agora a coisa mudaro um pouco, pouca coisa, a empresa contratada, todo dia mandava gente embora, sem direito a nada, ali a gente era escravo, o nosso único direito era trabalhar”, afirma José Santana³².

Dados do Instituto Observatório Social (2014: 62) mostram que em 2013, o cultivo da palma de dendê foi incluído na relação das atividades que se utilizam do “trabalho escravo”.

Dois dendeicultores – Hirohisa, em castanhal (PA), e Altino Coelho Miranda, vice prefeito (PSB) do Município de Moju (PA),

³¹ José Maria, entrevista realizada em maio de 2013.

³² José Santana, entrevista realizada na Comunidade do Cravo em julho de 2012.

foram incluídos na “lista suja” elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) pela exploração de mão-de-obra em condições de escravidão.

Ainda de acordo com dados deste relatório, além do Vice Prefeito³³ de Moju que fornecia dindê para a empresa Agropalma, outros sete políticos foram incluídos na lista de proprietários de terra que mantinham trabalhadores em suas propriedades em condições análogas à escravidão.

Sem perder de vista os contextos históricos, a reflexão proposta por Martins há aproximadamente três décadas nos coloca diante de um passado-presente que exige posicionamento teórico e político, se não incorremos no risco de camuflar as velhas-novas faces da questão agrária brasileira e amazônica. A atualidade da questão agrária indica que, “a grande propriedade, sempre foi um enclave sujeito a critérios de direito, embora ilegais; lugar do reino do arbítrio do senhor de terras, que se torna por isso mesmo, ainda hoje, senhor de consciência e de pessoas” (MARTINS, 1995:4).

As condições de trabalho implementadas pela Biopalma, juridicamente não se enquadram nas condições apresentadas por Martins, análogas à escravidão, uma vez que a empresa atenderia a critérios legais da legislação trabalhista (carteira assinada, dentre outras prerrogativas). A referência à escravidão apresentada por parte dos assalariados da Biopalma, utiliza outro par de comparação. Trata-se, na maioria das vezes da relação: trabalho familiar -roça *versus* trabalho assalariado-empresa. Na primeira, há o tempo da liberdade e da autonomia. Já no assalariamento, ocorre o tempo da prisão, da obediência, do desequilíbrio entre o consumo e fadiga (CHAYANOV, 2008). Observamos que se o salário aparece como algo positivo, por ser certo e líquido no final do mês, a dinâmica do trabalho divorciado das necessidades acaba por torna-lo penoso, difícil, por isso negativo e comparado ao trabalho na roça. “Na roça ganha pouco, né, o preço do produto é baixo, mas na empresa a gente é escravo”³⁴.

Historicamente as políticas para o campo brasileiro, priorizam as grandes propriedades. Sob o manto protetor do Estado brasileiro, na segunda metade do século

³³ “(...)os fiscais do trabalho libertaram 10 pessoas que trabalhavam sem o registro em carteira e estavam a 90 dias sem receber salário(...) Miranda (Vice Prefeito de Moju) havia alegado aos auditores que não efetuava o pagamento dos salários “ Por que não estavam dando produção”. Também foi constatada servidão por dívida sendo que os alimentos eram comprados na própria fazenda, as dívidas eram anotadas em cadernetas e havia desconto no pagamento ao final do mês” (INSTITUTO OBSERVATORIO SOCIAL, 2014:63).

³⁴ José Chaves, entrevista realizada na comunidade do Cravo em julho de 2013.

XX, os Incentivos Fiscais financiaram as grandes propriedades na Amazônia e viabilizara a expropriação camponesa, coincidência ou não com a produção do dendê na região, não tem sido diferente, evidenciando a disputa entre terra de trabalho e terra de negócio (MARTINS, 1980).

Parceria entre Biopalma e camponeses

No Pará, até o lançamento do Polo de Tomé- Açu (2010), o cultivo do dendê pela agricultura camponesa reunia aproximadamente 20 mil hectares. Em 2012, teriam sido firmados 581 contratos, em uma área de 5.810 ha. Para 2013, Banco da Amazônia-Basa previa financiamento de mais de 1610 contratos, incorporando, mais 15, 3 mil ha do território camponês a produção do dendê. Nos Municípios de Concordia e Bujaru eram 17 contratos de parceria (produção do dendê em unidades camponesas) até 2012 e em 2013 a parceria teria alcançado 25 unidades domésticas.

Por se tratar de um polo de produção, o Município de Concórdia do Pará apresenta baixo número de contratos de parceria, conforme apresentado no gráfico 2. Os dados do Relatório do Observatório Social (2014) indicam que, de acordo com a empresa (Biopalma), isto se deve a diversos fatores. Dentre eles, a idade avançada dos camponeses (entre 50 e 60 anos) e a possibilidade de sucessão, por se tratar de cultura de longo prazo. Outra questão apresentada pela empresa foi o tamanho reduzido do lote das unidades familiares (entre 15 e 25ha), impedindo-os de produzirem outras culturas, uma vez que o camponês deverá destinar ao cultivo da palma no mínimo 10 ha. O relatório aponta também o analfabetismo funcional, como um entrave uma vez que mais de 50% dos camponeses nesta região se encontram nesta condição.

Na perspectiva dos camponeses, a parceria com a Biopalma é inviável por que o contrato é pouco inteligível por eles, além de terem pouca experiência com transações financeiras e bancárias. Além disso, a pouca familiarização com tal cultura os colocariam em condição de dependência total com relação a assistência técnica da empresa, impedindo-os de tomar qualquer decisão com relação ao plantio.

Observamos também um certo descrédito, dos camponeses, com relação à cultura do dendê, levando-os a preferir o trabalho assalariado, por que também o veem

como temporário, passageiro “tudo aqui é passageiro, vem e passa(...) quando passar o que vamo fazer o plantio do dendê. É tudo muito duvidoso”, afirma Elias Santana³⁵.

A parceria com a Biopalma para a produção do dendê ocorre apenas em uma das comunidades pesquisadas: Comunidade de Arapiranga com três contratos de parceria. Porém, soubemos em campo que a primeira intenção da empresa foi comprar esses lotes, devido os mesmos fazerem limites com o território da empresa.

Eles queriam comprar o nosso terreno lá, sabe. (...)eles viero aqui, e pediram pra mim vender. Mas eles queriam me dá 15 mil no terreno, 500 metros de largura por 1.000 de comprimento. Ai eu disse que não vendia por esse preço, nesse tempo eu queria 20 mil, mas eles não quisero me dá. (...)O que eu ia comprar com 15 mil? Eu ia ficar sem área para trabalhar, e eu tenho dois lotes de terra. Ai quando foi um dia, lá o pessoal da Biovale vem fazer uma reunião aqui, viero avisar o presidente da comunidade. Ai ela marcou...o pessoal da Biovale vem aqui tal dia. Ai eles viero e nos fomo lá, ai fizeram a reunião sobre agricultura familiar e oferecero vantagens.³⁶

A formação do cultivo foi controlada diretamente pela empresa, desde a derrubada, preparo do solo e plantio, assim como o crédito (PRONAF-eco). Este processo gerou incertezas em seu Jonas, quanto a sua capacidade de gerir o cultivo do dendê, bem como se a parceria se traduziria em melhoria da renda da família. Sua principal queixa se referia à contratação dos serviços (tratores, caminhões) além compra de mudas e adubos diretamente da Biopalma, transferindo quase que o montante do financiamento para a empresa.

Viero com o trator, derrubaram lá, só sei que lá era capoeira grosso, não era capoeira fina que nem aqui. (...) Ai lá foi plantado, ai eles viero, a empresa plantar, o dinheiro que saiu que era pro dono plantar, ficou lá para a empresa, ai eles so ficaro fazendo coroa, colocando adubo, isso é eles que tá fazendo.³⁷

Embora o financiamento esteja em seus nomes, os camponeses não têm o seu controle, tampouco conhecem as tecnologias utilizadas, e possuem pouco conhecimento sobre a produção. “Esta é uma completa relação de subordinação” (FERNANDES, 2013). Com o esgotamento do dinheiro para atender as demandas do cultivo de dendê, seu Jonas Ferreira, por vezes, tem recorrido a recursos oriundos da produção na roça. “Primeiro tava indo só ele, o Valdemir com o Jonas, por que eles não tava tendo

³⁵ Entrevista realizada na Comunidade do Cravo em julho de 2013.

³⁶ Jonas Ferreira, entrevista realizada na Comunidade de Arapiranga em maio de 2013.

³⁷ Maria Silene Almeida, entrevista realizada na comunidade de Arapiranga em maio de 2013.

dinheiro, ai quando arrumava, que vendia alguma farinha, ele arrumava um rapaz que trabalhava com ele”³⁸.

O número elevado de roças existentes e o pequeno número de contratos de parceria nas comunidades onde se desenvolveu a pesquisa nos revelam, de certa forma, o caráter provisório, temporário com que os camponeses concebem o assalariamento e mesmo a presença do cultivo do dendê na região. “Aqui já teve a febre da malva, da pimenta, agora e do dendê, quem disse que amanhã não vai ser outra coisa?”³⁹ Da mesma forma como concebem a roça e o trabalho familiar como permanente, apesar da possibilidade de encontrar sempre um outro emprego e assalariar-se novamente. Mais do que manter a roça, para não passar a vergonha de ter que comprar farinha, a roça materializa, laços e subjetividades que os associam e os permitem partilhar eventos que os singularizam e permite sua reprodução no seio da sociedade capitalista.

O reordenamento do território para a implantação e expansão do cultivo do dendê gerou também fortes impactos ambientais nas comunidades pesquisadas. Nas conversas e entrevistas descortina-se a forma predatória como a empresa lida com a natureza. Exploração do trabalho e exploração da natureza são condições para a produção/reprodução, acúmulo e centralização do capital. Para Camacho (2010: 05), “a relação entre monocultura e latifúndio tem formado uma combinação impactante socioambientalmente”.

(...)Olha uns dos problemas que a Biovale nos trouxe, foi o grande desmatamento e desequilíbrio ecológico né. Por que as aves e os animais que viviam nas terras que eram da Biopalma elas migraram para as nossas. Ai atacam tudo mais, as nossas frutas, as raízes que nós plantamos, e com isso a nossa produção caiu muito, nós tivemos muitos prejuízos, a agricultura familiar quem continuou com a fruticultura e raízes né, foram, fomos muito prejudicados.⁴⁰

José Maria, morador da comunidade Nova Esperança, nos relata a perda de um pomar, em decorrência do ataque de aves que migram das áreas vizinhas desmatadas para a implantação do cultivo do dendê. Esse foi o impacto mediato. Posteriormente, com a construção dos campos da palma, o problema alcança as comunidades mais distantes do território da empresa, com a contaminação da água dos igarapés em

³⁸ Maria Silene Almeida, entrevista realizada na comunidade de Arapiranga em maio de 2013.

³⁹ José Calazans, entrevistado na Comunidade de Curuperezinho em julho 2013.

⁴⁰ José Maria, entrevista realizada na comunidade Nova Esperança em maio de 2013.

decorrência do uso de agrotóxicos na plantação. Em fins de 2013, os Igarapés que banham as comunidades se apresentaram impróprios para o consumo humano e mesmo para o banho, causando sérios impactos a saúde da população local.

Em conversa com Maria da Silva moradora de Nova Esperança, soubemos que,

A água como nós não moramos próximo a nascente ou igarapés aonde a Biopalma tem, nós não fomos atingidos, mas as nossas comunidades vizinhas, que são banhadas pelos igarapés, que ficam entremeio os plantios da Biopalma, foram muito atingidas. Na questão, aumento de doenças intestinal, problema na pele, irritação na pele, e o grande crescimento de problemas respiratórios. Nós imaginamos que seja por conta da química que é utilizado, a grande quantidade de química.⁴¹

Os impactos ambientais aparecem de forma uníssona nos relatos recolhidos nas comunidades onde se desenvolveu a pesquisa. As águas dos igarapés importantes, por serem historicamente ligados à produção de alimentos e sociabilidades, vêm se tornando tema de preocupação, para as comunidades. O aumento da temperatura, a contaminação de açudes por envenenamento de agrotóxicos através da lixiviação da água da chuva; o desmatamento de áreas de matas primárias e de áreas já recuperadas são apenas alguns dos elementos observados nas falas dos camponeses.

Ensaando algumas conclusões

Não se pode perder de vista que “o capitalismo é o modo hegemônico de produção e sua relação com o campesinato é sempre de dominação” (FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2010:4). Portanto a participação dos camponeses na produção de agrocombustíveis e sua suposta integração ao capitalismo se dá sob a prerrogativa da subordinação.

Observamos que o incentivo à expansão da produção do dendê na região se assenta em velhas práticas materializadas na supremacia do grande capital e sua dinâmica específica de uso do território. As vantagens garantidas pelos incentivos fiscais nos idos dos anos de 1960, 1970 “trouxeram grandes prejuízos ecológicos, desperdiçaram ou desviaram os recursos públicos colocados à sua disposição, (...) e não trouxeram o prometido desenvolvimento para a região” (LOUREIRO & PINTO, 2005: 78).

⁴¹ Entrevista realizada em dezembro de 2012.

Neste contexto, “as facilidades legais concedidas para atrair empresários estimulavam o acesso a grandes extensões de terras e à natureza em geral” (LOUREIRO & PINTO, 2005: 79). A devastação florestal as margens das estradas, a concentração fundiária, os conflitos e a subjugação do campesinato regional não são particularidades daquele contexto, mas se apresentam como elementos estruturais atuais, que nos acompanham ainda hoje, por que compõem o modelo de desenvolvimento ainda vigente.

Na atualidade, vêm se reproduzindo a exclusão e ou submissão do camponês em meio ao fortalecimento das redes do agronegócio. Nosso levantamento em campo nos induz a pensar que os territórios da produção de agrocombustíveis se mostram como novos territórios de exclusão e de reprodução das desigualdades sócio territoriais. Porém, em meio ao mercado de terras que se forjou com a expansão do dendê e a consequente expulsão de camponeses, aos problemas ambientais decorrentes da contaminação da água e do solo pelos insumos e agrotóxicos, e à superexploração do trabalho, nas plantações do dendê, os camponeses forjaram estratégias para permanecerem e garantirem a manutenção da unidade camponesa e sua autonomia.

Destaca-se o reordenamento da divisão do trabalho, colocando a mulher em muitas situações na linha de frente da roça, a dupla jornada de trabalho (roça, feriados e finais de semana e o trabalho na empresa), a plantação de mandioca e leguminosa (maxixe, quiabo, jerimum e outros) à margem da rodovia, a partilha do lote entre parentes e compadres, a diversificação da produção, além da conscientização política.

A venda de terras nas comunidades e as incertezas geradas com a chegada da empresa no município estimulou longas conversas entre os camponeses e suscitou estratégias de mobilização e luta. Em 2012, os moradores da Comunidade de Nova Esperança ocuparam a rodovia exigindo que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente fizesse um estudo da água, alegando doenças de pele e estomacais. Além disso, apesar da campanha sedutora por parte da empresa, tanto para a compra da terra quanto para o estabelecimento da parceria, o número de interessados em firmar o contrato foi inexpressivo. Já a venda da terra permanece como um tema recorrente nas reuniões ocorridas nas comunidades.

Nossa imersão no cotidiano das comunidades nos indica que a expansão do cultivo do dendê no Nordeste Paraense e a mobilização que esta atividade promoveu na região exigem um olhar atento, vigilante e audacioso, que atravesse a rodovia e alcance os rincões da vida camponesa. Se não, correremos o risco de enxergar apenas o

aparente-visível, ou seja, os trabalhadores do campo do dendê. Nossos dados nos induzem a pensar que se o capital tem pressionado os camponeses para garantir a sujeição da renda da terra ao capital, os camponeses, por sua vez têm reagido e lutado para permanecerem vivendo da terra e construindo sua autonomia.

REFERÊNCIAS

ARACRI, I. A. S & BERNARDES, J. A. *Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia*. Rio de Janeiro. Arquimedes Ed/CNPQ/UFRJ: 2011.

BERTHA, Bertha. *Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)?* In: *Confins* 10 | 2010 : Número 10.

BELLACOSSA, J. M . *Os desafios da reprocombustdução camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, no assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP*. In: Revista NERA, ano 16, no. 22, 2013 pp. 55-81.

BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro de Reforma Agrária*. Anablume, São Paulo, 2004.

CANUTO, A. *Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão 'pela produtividade*. Revista NERA – Ano 7, n. 5 agosto/dezembro de 2004.

CAMACHO R. S, CUBAS T. e GONÇALVES, E. *Agrocombustíveis, soberania alimentar e políticas públicas: as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato*. In: Boletim DATALUTA, 2011.

CANETE. Voyner Ravena. *Nova Redenção: uma ruralidade amazônica*. In: Anais ANPPAS, 2006.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. Traduzido por José Bonifácio de S. A. Filho. In: SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A *questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p.133-163.

CASTRO, Edna. *Terras de preto: entre rios e igarapés*. In: Castro, E (org). Belém de águas e ilhas. Belém, Cejup, 2006.

ELIAS, Denise. Prefácio. In: ARACRI, I. A . S & BERNARDES, J. A. *Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia*. Rio de Janeiro. Arquimedes Ed/CNPQ/UFRJ: 2011 (Introdução).

FABRINI, João Edimilson. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A. & SANTOS, R. A. (Org.). *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 55-88.

FERNANDES, B. M. e WELCH, C. A, GONÇALVES, E. C. *Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial*. Revista Espaço Aberto, URFJ, nº 1, Departamento de Geografia, 2010.

_____. O novo nome é agribusiness. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>>. Acesso em: set. 2013.

WELCH, Clifford Andrew. FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T. & FABRINI, J. E. (Org). *Campesinato e territórios em disputa*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Coleção Geografia em movimento)

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. *O comportamento sócio-trabalhista na produção de óleo de palma do dendê no Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobras combustíveis*. Relatório Final 2014.

JUNIOR, J. C. Questão agrária, estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: *Geografia Agrária e Desenvolvimento*. São Paulo. Expressão popular: 2010. (p.p 14-35).

LOUREIRO, V. R & PINTO, J.N.A. *A Questão Fundiária na Amazônia*. In: Estudos Avançados, 2005.

KOHLHEPP, G. *Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil*. In: Estudo. av. vol.24 no. 68. São Paulo, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1996.

_____. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil*. In: Tempo Social –Rev. Sociol. USP. 1995.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e camponato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T. & FABRINI, J. E. (Org). *Camponato e territórios em disputa*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301. (Coleção Geografia em movimento)

MONTEIRO, K. F. G. et al. Inserção da agricultura familiar na cadeia do biodiesel no estado do Pará: possibilidades de emprego e de renda com o cultivo de dendê. In: Monteiro, D. M. C. & MONTEIRO, M. A. (Orgs.) *Desafios na Amazônia: Uma nova assistência técnica e extensão rural*. Belém:UFPA/NAEA, 2006a, p. 235-245.

MUSUMECI, Leonarda. *Mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais: ANPOCS, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U. & MARQUES, M. I.(Org). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela/ Paz e terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os agrocombustíveis e os dilemas da agricultura camponesa. In: ARACRI, I. A . S & BERNARDES, J. A. *Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia*. Rio de Janeiro. Arquimedes Ed/CNPQ/UFRJ: 2011.

SANTOS, M. A.S e D'AVILA, J.L. Cenários o agronegócio na Amazônia: o caso da dendêicultura. In: *Comportamento do Mercado do óleo de palma no Brasil*. Material mimeografado.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T. & FABRINI, J. E. (Orgs.). *Camponato e territórios em disputa*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 23-47. (Coleção Geografia em movimento)

SANTANA, Rosiete Marcos. *Os caminhos da regularização fundiária no Município de Concordia do Pará*. Defendido na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas na USP-2010.

SANTOS, José Vicente Tavares. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. Hucitec. São Paulo, 1984.

SOUSA, Rafael Benevides e MACEDO, Cátia Oliveira Comunidades Camponesas no Nordeste Paraense: o caso de São Judas e Cravo. In: *Geografia* (Londrina) v. 20.

VELHO, Guilherme Octavio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo-RJ: DIFEL, 1979.

Data de recebimento: 29/03/2015.

Data de aceite: 26/06/2015.